

**CONTRATOS E CONFLITOS:  
A BRAHMA E A COMUNIDADE DE NEGÓCIOS  
DO CAPITAL ALEMÃO NO BRASIL, 1888/1917**

Teresa Cristina de Novaes Marques<sup>1</sup>

**Resumo**

A partir da história da Cervejaria Brahma, exploramos um aspecto do capital estrangeiro em atividade no Brasil na virada do século XIX que não foi esclarecido suficientemente pela historiografia econômica: os investimentos estrangeiros em projetos industriais. Particularmente mal compreendida é a relação entre bancos, empresas comerciais-exportadoras e indústrias. O exame da documentação da cervejaria Brahma revelou a existência de vínculos societários e fluxos de capitais entre empresas integrantes da comunidade de negócios alemã e a cervejaria. A natureza de tais vínculos, baseados em sólidas relações contratuais, guarda relação com o ambiente institucional vigente nas primeiras décadas da República, quando importantes reformas da legislação comercial foram implementadas.

**Abstract**

By studying the case of Brahma Brewing Co. we examine an aspect of foreign capital applied to Brazil in the turn of XXth century still insufficiently explained by economic historiography: foreign investments in industrial projects. The relationship between banks, foreign trade companies and industries is, particularly, barely understood. By examining data from Brahma Co. we find partnership links and a transit of capital between a number of enterprises that took part of German business community in Brazil. The very nature of such links, based on solid contracts, is explained by the institutional environment that prevailed during the first decades of Republic, when many important changes in commercial legislation took place.

Palavras-chave: capital estrangeiro, cervejarias, bancos, contratos.

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade de Brasília. [tcnmarques@uol.com.br]

## **1. O capital estrangeiro e investimentos industriais**

Como financiar projetos industriais em uma economia dotada de um frágil setor bancário é uma questão permanente na história econômica. As tentativas de solucioná-la esbarram, comumente, em dificuldades de fontes. Assim, permanece essa lacuna na compreensão do processo histórico de crescimento da produção industrial brasileiro entre a década de 1879 e 1930.

Voltamos a esse tema a partir do exame da trajetória da cervejaria Brahma, surgida em 1888 como uma pequena empresa e extraordinariamente ampliada ao longo dos anos 1890, a ponto de praticamente partilhar o mercado doméstico de cerveja com a cervejaria Antártica, de São Paulo, também um grande projeto industrial para os padrões da época.

A escolha do objeto se justifica porque o caso da Brahma revela facetas peculiares das estratégias adotadas pelos industriais dos anos 1890 para levar adiante planos de expansão. Em torno da empresa gravitam bancos estrangeiros e empresas comerciais-exportadores, formando-se uma comunidade de negócios onde a Brahma encontrou canais de financiamento a projetos de expansão da empresa, gerentes e técnicos, fornecedores de matéria-prima e equipamentos. Chama atenção o fato de o modelo de financiamento adotado ter se baseado, largamente, na emissão de debêntures, justamente uma modalidade de propriedade que sofreu importantes modificações no seu estatuto jurídico a partir de 1890. Como a legislação republicana foi particularmente pródiga em revestir as debêntures de garantias, criaram-se incentivos para os investidores aplicarem nesse tipo de títulos privados.

O estudo explora a atuação do capital estrangeiro em um setor muito dinâmico da indústria do país, o modelo de financiamento a projetos industriais, e as mudanças na legislação comercial instituídas pelo Governo republicano. Mais do que sugerir a existência de vínculos entre uma empresa e outra, propomo-nos a discutir a natureza contratual dessas ligações como parte integrante do modelo explicativo do fenômeno analisado, qual seja: a origem e a expansão de uma importante indústria.

O que nos propomos neste ensaio não é inédito na historiografia econômica brasileira. Outros historiadores já sustentaram que os bancos estrangeiros que atuavam no Brasil entre o final do século XIX e o início do XX tiveram um papel importante no financiamento a projetos industriais. Saes & Szmrecsányi (1995), lembraram que o London & Brazilian Bank participou da origem e da afirmação das indústrias de Matarazzo, em São Paulo. Da mesma forma, este banco teria mantido um relacionamento estreito com a Cia. Nacional de Tecidos

de Juta, pertencente ao industrial Jorge Street.<sup>2</sup> Os autores mencionados encontraram indícios de vínculos entre bancos estrangeiros e empresas industriais a partir de notícias e relatórios publicados em jornais da época.<sup>3</sup>

No entanto, Ana Célia Castro, em um trabalho já clássico sobre a presença do capital estrangeiro na economia brasileira, não encontrou elementos para estabelecer uma relação entre bancos estrangeiros e investimentos industriais. Baseada em exaustiva pesquisa de fontes, a tabela matriz do livro desta autora não traz qualquer informação no item chamado *Obrigações de Empresas* com respeito ao banco *London & Brazilian Bank*. O mesmo vazio se observa no campo relativo ao *Brasilinische Bank fur Deutschland*.<sup>4</sup> Considerando que o item *Obrigações de Empresas* deveria revelar a participação acionária dos bancos em negócios industriais, ou a existência de um porte-folio de investimentos em títulos de empresas produtivas, deparamo-nos com um desencontro de visões entre os historiadores.

A falha estaria na metodologia de trabalho de Castro? Não, certamente, as fontes originadas nos demonstrativos bancários não permitem qualquer afirmação com respeito ao padrão de relacionamento dos bancos com as indústrias. Mas, se o assunto vem à tona em Saes & Szmrecsányi e nós também o exploramos quando discutimos os vínculos entre a Brahma e o *Brasilianische Bank*, onde está o problema? Evidentemente, está na dificuldade de acesso a fontes das empresas, uma vez que o porte-folio de investimento dos bancos está obscurecido em rubricas dos balanços que pouco esclarecem o seu perfil de investimento.<sup>5</sup>

Vejamos, portanto, os passos dados na construção de um sólido grupo de interesses de capitais estrangeiros em torno da Brahma.

## 2. A origem e a expansão da Cervejaria Brahma

A Brahma, como já foi mencionado, surgiu no ano de 1888, como uma manufatura de cerveja de alta fermentação, fundada pelo suíço J. Villiger. Em 1894, Villiger passou o negócio ao cervejeiro Georg Maschke. Em outubro do ano seguinte, Maschke firmou sociedade com o comerciante alemão J. Baptist Friederizi, proprietário do restaurante Stadt München, localizado na Praça Tiradentes, então o centro nervoso da noite carioca, repleto de

---

<sup>2</sup> Saes & Szmrecsányi (1995), *Los bancos extranjeros en la industrialización de São Paulo*.

<sup>3</sup> Dez anos antes, Saes e Szmrecsányi sustentaram que a presença do capital estrangeiro em atividades industriais, entre 1880 e 1930, foi secundária. [*Capital estrangeiro no Brasil, 1880/1930*, (1985).]

<sup>4</sup> Ana Célia Castro (1979), *As empresas estrangeiras no Brasil*, tabela matriz, pág. 1 e 15.

<sup>5</sup> De fato, examinados os relatórios anuais do *Brasilianische Bank fur Deutschland* entre 1888 e 1929, encontramos apenas uma menção a uma operação de empréstimo. Trata-se de um grande empréstimo por debêntures levantado pela Cia. Antártica Paulista, no primeiro trimestre de 1913, no valor de Rs.

teatros, restaurantes e boêmios. Maschke e Friederizi constituíram a firma Georg Maschke & Cia.<sup>6</sup> Maschke assumiu o papel de sócio gerente, responsável pelo dia-a-dia da cervejaria, Friederizi, era um dos sócios capitalistas. Heinrich Hoelck, genro de Friederizi, era o outro sócio gerente.<sup>7</sup>

Em termos legais, Georg Maschke & Cia. era uma sociedade em comandita por ações. Tratava-se de uma modalidade de associação de capitais em que havia dois ou mais sócios gerentes, e um número não definido de sócios entrava apenas com o capital para o negócio. Os primeiros detinham poder de administrar, e os comanditários (capitalistas) não participavam da administração. Em compensação, os sócios-gerentes assumiam a responsabilidade ilimitada por todas as dívidas, compromissos e obrigações sociais. Já os sócios comanditários se responsabilizavam, apenas, pela quota de capital que tivessem subscrito. Os sócios capitalistas podiam convocar assembléias e dispunham de instrumentos para fiscalizar os negócios da empresa. Podiam, inclusive, destituir os gerentes, fazendo valer uma decisão tomada em assembléia.<sup>8</sup>

Havia sensíveis diferenças entre as comanditas e as sociedades anônimas. Em primeiro lugar, nas comanditas, as duas modalidades de sócios tinham diferentes responsabilidades, o que representava um incentivo aos sócios capitalistas para investir em negócios organizados sob esse estatuto jurídico. Um inconveniente residia no fato de que as comanditas por ações deviam ser dissolvidas com a morte de um dos sócios gerentes, enquanto que as anônimas perduravam independentemente dos acionistas. Uma vantagem era que, assim como as sociedades anônimas, as comanditas estavam autorizada a emitir debêntures, com garantias ainda maiores aos portadores, uma vez que os bens dos sócios capitalistas poderiam vir a ser arrolados em caso de falência da sociedade.<sup>9</sup>

---

6:000:000\$000, com prazo de resgate de 15 anos. [Relatório do Brasilianische Bank fur Deutschland, 13/11/1913; *Deutsche Bank, Historisches Institut.*]

<sup>6</sup> A autorização para a constituição da firma Georg Maschke & Cia. foi publicada no *Diário Oficial* de 2/10/1895.

<sup>7</sup> *A Brahma de 1894 a 1934.* [Acervo Brahma, cx.95, port.]

<sup>8</sup> Veja-se o *Regulamento das companhias ou sociedades anônimas* (arts. 290 a 305), que acompanhou a publicação do decreto nº 603, de 20/10/1891. Este decreto regulou o decreto nº 434, de 4 de julho de 1891, que consolidou disposições sobre sociedades anônimas (sendo as comanditas por ações reguladas pelo mesmo texto legal).

<sup>9</sup> Foi essa a reforma institucional republicana de maior impacto sobre o mercado de títulos. A partir da lei de sociedades anônimas de janeiro de 1890, os portadores de debêntures passaram a ser prioritários em caso de falência. Esse dispositivo foi mantido nas várias reformas da lei de falências realizadas nos anos seguintes (1891, 1902, 1908, 1929). [Inglês de Souza (1898), *Títulos ao portador no direito brasileiro*; José Carvalho de Mendonça (1933), *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*, pág. 273, vol III]

De resto, o estatuto jurídico das comanditas era bem mais simples do que o das anônimas, implicando, seguramente, em custos administrativos menores. As primeiras entravam na categoria de associação de pessoas, misto de capitais; as segundas eram unicamente a associação de capitais.

Nos primeiros anos, o carro-chefe das vendas da Brahma era a cerveja escura e amarga, de tipo München, como de resto, igual a de muitas outras cervejarias que havia pela cidade. Era preciso ampliar o negócio, passar a produzir em escala industrial, como cerveja de baixa fermentação, bem como diversificar a linha de produção. A saída para a escassez de recursos próprios era buscar associação com outras empresas pertencentes à comunidade de negócios alemã no Brasil. Assim, Maschke negociou um pedido de empréstimo com a firma Herm. Stoltz & Cia. para adquirir equipamentos e ampliar as instalações da fábrica. Este empréstimo foi no valor de 278.223,88 marcos alemães, cotados a 378:384\$480 mil réis, conforme se lê no balanço da Brahma concluído em dezembro de 1896.<sup>10</sup> Em complemento à concessão de crédito, ou talvez como exigência imposta na negociação, Maschke firmou um contrato privado com a Herm. Stoltz & Cia., em março de 1896.<sup>11</sup> Por este contrato, cabia a Stoltz fornecer matéria prima originada no mercado europeu, especialmente no alemão. Stoltz também foi incumbido de distribuir parte da produção da Brahma nos mercados costeiros do Brasil. Não foi uma relação isenta de atritos, como ainda voltaremos a discutir.

Essa firma tinha sede em Hamburgo. Pertencia ao cidadão alemão Herman Stoltz que esteve no Brasil desde a fundação da empresa, em 1883, até o início do século XX, quando deixou os negócios ao encargo de seu filho Hans Stoltz. Da empresa saíram vários nomes que fizeram parte da história da Brahma, a começar por Hoelck, sócio capitalista de Maschke, que exercia o cargo de gerente geral da Herm. Stoltz no Brasil, quando foram realizadas as negociações do empréstimo de 1896. Outro nome egresso da Stoltz era J. Künning, que se tornou presidente da Brahma de 1907 até 1938, ano de sua morte.

A Stoltz realizava múltiplas atividades. Era tanto uma empresa comercial importadora, quanto agente de seguros. Também fretava navios que percorriam o litoral brasileiro distribuindo mercadorias das indústrias do Centro-Sul. Cabotagem, representação comercial de fábricas de locomotivas e navios, importação de mercadorias diversas.<sup>12</sup> Não havia fronteira nítida entre a empresa mercantil e a financeira. Assim como não havia fronteira

---

<sup>10</sup> Balanço da Cervejaria Brahma, 30/12/1896. [*Deutsche Bank, Historisches Institut*, KI/146.]

<sup>11</sup> Memorial de abertura de processo de litígio entre a Cia. Cervejaria Brahma e Herm. Stoltz & Cia, 1909. [AB, cx. 02, documentos em alemão.]

<sup>12</sup> Reginald Lloyd (1913), *Impressões do Brasil no século vinte*.

nítida entre os interesses comerciais e as relações pessoais entre Hoelck, Maschke e Friederizi. Constituiu-se um circuito mercantil, onde alguns homens receberam treinamento e saíram de suas firmas originais para ocupar postos-chave na rede de negócios do capital alemão no Brasil. No centro de tudo, estava a cidade de Hamburgo.

Convencer Stoltz da viabilidade do negócio proposto por Maschke parece não ter sido tarefa difícil, mas a necessidade de crédito para ampliar a cervejaria ia além da quantia oferecida pela comercial-importadora. Coube a Hoelck negociar junto ao banco *Brasilianische Bank für Deustchland*, na filial do Rio de Janeiro, um novo aporte de recursos. Com os empréstimos obtidos até julho de 1896, fora possível adquirir mais uma máquina frigorífica, tipo Linde nº 4, que se juntou a outra, Linde nº 6, que já estava em funcionamento na fábrica. Como a operação das máquinas de refrigeração exigia, foram adquiridos mais dois compressores, somando agora quatro em operação na fábrica; também comprou-se uma caldeira a vapor de 100 cavalos e foi ampliado o sistema de iluminação elétrica da linha de produção.<sup>13</sup>

O objetivo de Maschke era aumentar a capacidade de produção para cerca de 42 mil hectolitros anuais, e converter o sistema de produção de alta para baixa fermentação. Essa manobra traria as vantagens econômicas já comentadas no capítulo anterior. Exigia a construção de adegas adequadamente climatizadas para garantir a estocagem do produto. Seria possível produzir cerveja meses antes do pique de demanda do verão.

Buscou-se um empréstimo de 800 mil contos de réis no *Brasilianische Bank für Deustchland*. Este banco, coincidentemente, iniciara operações no Brasil no mesmo ano da fundação da Villiger & Cia., em 1888. Resultava do consórcio entre o banco *Disconto Gesellschaft*, de Berlin, e o *Norddeutsche Bank*, de Hamburgo. Uma guerra e uma crise de hiperinflação depois, o patrimônio do *Brasilianische Bank für Deustchland* acabou sendo incorporado ao do *Deustche Bank*, em 1929. Eis a razão de os documentos relativos ao pedido de empréstimo da Brahma estarem hoje preservados em Frankfurt, no Arquivo Histórico do *Deustche Bank*. Constituem o conjunto de informações mais remoto que se tem notícia acerca da situação financeira da empresa. Revelam, contudo, uma situação patrimonial pouco confortável, constada no balanço da empresa, reproduzido a seguir.

---

<sup>13</sup> Carta de Georg Maschke a Heinrich Hoelck, 9/7/1896. [*Deutsche Bank AG, Historisches Institut*; KI/146.]  
*Alguns detalhes para os apontamentos desde 1894.* [AB, cx. 95, port.]

Tabela 1 *Balanço anual da Cervejaria Brahma, 31/12/1896*

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
Conta	valor (mil réis)	Conta	valor (mil réis)
1.Terrenos	125:662\$400	Capital (30/6/96)	900:000\$000
2.edifícios	636:063\$708	Hipotecas (30/6/96)	250:000\$000
3.maquinas (30/6/96)	682:387\$965	Letras de cambio	57:777\$510
4.equipamentos elétricos	15:913\$986	a G. Maschke	19:121\$280
5.equipamentos a vácuo	131:748\$130	Herm. Stoltz & Co (Mk 278 223,88)	378:384\$480
6.Cuba, barris em dep.,etc	61:734\$765	Credores diversos	157:997\$120
7.utensílios de fábrica	40:214\$120	Herr Friederizi	143:647\$740
8.outros utensílios	32:658\$330	Herr Schumann	22:878\$690
9.animais de tração	42:657\$860	Reservas estatutárias	9:974\$300
10.restaurante, rua Lavradio, 58	6:600\$000	Amortização (30/6/96)	82:000\$000
11.Herm. Stoltz & Co (cerveja + conta)	132:245\$520	Gratificação Cons. Fiscal	3:500\$000
12.?? [ <i>ilegível</i> ]	4:356\$780	?? [ <i>ilegível</i> ]	15:291\$220
13.Caixa + dep. bancos	26:420\$469	Dividendo	45:000\$000
14. Estoque (malte, garrafas, rolhas, etc)	192:340\$610	Lucros e perdas	45:432\$303
	2:131:004\$643		2:131:004\$643

Fonte: Balanço da Cervejaria Brahma, 30/12/1896. [*Deutsche Bank, Historisches Institut, KI/146.*]

Fazendo-se as contas dos ativos de imediata liquidez e das dívidas que oneravam a empresa, chega-se à seguinte distribuição das contas do balanço:

Tabela 2 *Brahma: confronto de ativos e de dívidas, 1896*

<b>Ativo líquido</b>		<b>Dívidas</b>	
1.terrenos	125:662\$400	Hipotecas (30/6/1896)	250:000\$000
2.edifícios	636:063\$708	a G. Maschke	19:121\$280
3.maquinas (30/6/96)	682:387\$965	Herm. Stoltz & Co (Mk 278 223,88)	378:384\$480
4.equipamentos elétricos	15:913\$986	Credores diversos	157:997\$120
5.equipamentos a vácuo	131:748\$130	Herr Friederizi	143:647\$740
6. cuba, barris em depósito	61:734\$765	Herr Schumann	22:878\$690
7. utensílios de fábrica	40:214\$120	A G. Maschke	19:121\$280
8. outros utensílios	32:658\$330	Letras de câmbio	57:777\$510
9. animais de tração	42:657\$860		
10. restaurante, rua Lavradio	6:600\$000		
11. Caixa e depósitos bancos	26:420\$469		
12. estoque (malte, garrafas, etc.)	192:340\$610		
Total	1:994:402\$343	Total	1:048:928\$100

Fonte: Balanço da Cervejaria Brahma, 30/12/1896. [*Deutsche Bank, Historisches Institut, KI/146.*]

Em resumo: depreende-se do balanço fechado pela Brahma em dezembro de 1896 que as dívidas assumidas até ali comprometiam 52,59% dos ativos líquidos. Do ponto de vista do capital empregado no negócio, correspondiam a mais de 100% do seu valor. Tamanho grau de endividamento não escapou aos olhos dos analistas do banco em Berlim e em Hamburgo, os quais desautorizaram a gerência do *Brasilianische* no Rio de Janeiro a conceder o empréstimo.

Na primeira semana de agosto de 1897, os dois bancos alemães trocaram cartas entre si. Em uma delas, a direção do *Disconto Gesellschaft* ponderou ao *Norddeutsche Bank* que, da quantia solicitada por Maschke (800 contos de réis), 250 contos já estavam comprometidos com hipotecas, 380 eram devidos à Herm. Stoltz & Cia., e 140 contos cabiam a Friederizi. Restavam 30 contos que efetivamente poderiam ser aplicados na cervejaria. Em 12 de agosto, o *Norddeutsche Bank* se pronunciou definitivamente acerca do pedido de empréstimo. Enviou correspondência ao banco no Rio de Janeiro concluindo que a solicitação da Brahma não contava com garantia suficiente para ser atendida. Segundo o documento, a empresa não dispunha sequer de 50% do capital investido necessário para se habilitar ao crédito. Herm. Stoltz, afirmou o banco, por ser sócio da cervejaria, tinha uma posição diferente a respeito do assunto. Para manter as boas relações comerciais com Stoltz, o banco se dispunha a oferecer uma conta corrente à Brahma, de modo a que a fábrica pudesse levantar capital de giro. Na terminologia da prática bancária alemã, o banco estava concedendo um *Vorschuss*, ou antecipação em conta corrente.<sup>14</sup> Na verdade, dispunha-se a assumir, no máximo, o risco de conceder capital de giro, necessário para a aquisição da matéria-prima, os gastos correntes, enfim. O crédito necessário para um investimento de maior vulto deveria partir de outra fonte. A resposta estava na emissão de títulos ao portador, coisa que, sabemos, as sociedades em comandita por ações estavam legalmente autorizadas a fazer.

A 16 de setembro de 1897, emitiu-se a escritura pública de dívida garantida pela emissão de debêntures, no valor unitário de 200 mil réis, fazendo o total de 700 contos de réis (Rs 700:000\$000). Como credora estava a firma Wille, Schmilinsk & Co., e devedora a George Maschke & Cia.. O prazo de resgate das debêntures se estendia até junho de 1908, com o pagamento, em parcelas semestrais, de juros de 8% ao ano. Maschke ofereceu em garantia os dois prédios da fábrica, na rua Marquês de Sapucaí, os maquinismos e

---

<sup>14</sup> Cartas do *Disconto Gesellschaft* ao *Norddeutsche Bank*, em 3 e 12 de agosto de 1897. [*Deutsche Bank AG, Historisches Institut, KI/146*]

equipamentos de fabricação.<sup>15</sup> Os títulos foram colocados à venda na praça financeira do Rio de Janeiro, mas a maior parte, ao que parece, foi oferecida diretamente a membros da comunidade de negócios alemã no Brasil, pois em 1905, um inventário dos debenturistas da Brahma contava um conjunto de treze portadores dos títulos em circulação, dos quais a família Friederizi detinha 59,75%.<sup>16</sup>

O que vinha a ser essa firma Wille, Schmilinsk & Co.? A origem da casa importadora-exportadora Theodor Wille & Cia., uma das maiores casas estrangeiras no ramo do comércio do café até a Primeira Guerra. Fora fundada em 1855, por Theodor Wille, tinha escritório central em Hamburgo e, à época do empréstimo concedido a Maschke, respondia pelo segundo lugar entre os exportadores de café da praça de Santos (safra 1897/1898).<sup>17</sup>

Além de exportar café, importar matéria-prima e explorar propriedades agrícolas próprias, a Theodor Wille & Cia. atuava em outros ramos de atividade. Mais uma vez, as fronteiras entre as atividades mercantil, a financeira, e mesmo, a política, não estavam nítidas. Negócios que envolviam a intermediação financeira eram correntes na empresa. Daí a documentação da Brahma revelar o papel da Theodor Wille como intermediário na colocação das debêntures no mercado.

Assim, do montante de 700 contos, a Wille, Schmilinsk & Cia. caucionou 95 contos em novembro de 1899, ou seja, incorporou-os ao seu patrimônio.<sup>18</sup> Caucionar significava manter os títulos em seu poder para fazer valer os direitos dos portadores junto à empresa emissora.<sup>19</sup> Poderiam, também, ser repassados a outros investidores conforme a conveniência.

O empréstimo de setembro de 1897 foi o passo inicial dado por Maschke na ampliação das instalações da Brahma, mas a necessidade de crédito não se encerrou com esta operação. Cerca de dois anos depois, em vista da oportunidade aberta pela falência do grupo controlador da Cervejaria Babilônia, uma cervejaria de baixa fermentação, a Brahma levantou um

---

<sup>15</sup> Extrato do contrato de dívida entre Georg Maschke & Cia. e a Wille, Schmiliniski & Cia., registrado em cartório em 17/12/1897. [AB, cx. 67, port.]

<sup>16</sup> Desde 1902, John Baptist Friederizi se retirara para a Alemanha, como demonstra o inventário de seus bens. [AB, cx. 65, port.]

<sup>17</sup> Maria Luiza de Paiva Melo Moraes (1988), *A atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil, 1844-1918*, pág. 120.

<sup>18</sup> AB, cx 67, português.

<sup>19</sup> Decreto nº 177-A, 15/9/1893, art. 44. Por este artigo, os debenturistas podiam assistir as assembléias gerais e opinar sobre assuntos relacionados à dívida hipotecária que lastreava o lote do títulos. Também podiam nomear um fiscal para agir em seu nome junto à assembléia geral. Nesses termos, caucionar um lote de debêntures significava exercer os direitos e obrigações previstos em lei aos portadores de tais títulos. [Trajano Miranda Valverde, *Tratado de Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Borsoi & Cia., 1937, pág. 350.]

empréstimo junto ao *Brasilianische Bank für Deutschland* no valor de 10 mil libras esterlinas (cerca de 322:690\$000, ao câmbio médio de 1899).<sup>20</sup>

A escritura da transação foi lavrada a 18 de novembro de 1899 e estabelecia o prazo limite para o pagamento do empréstimo em 30 de agosto de 1901, correndo juros de 8,5% aa. Assim, no prazo exíguo de um ano e nove meses, bem diferente dos habituais dez a quinze anos de resgate das debêntures, Maschke pagou a quantia que devia ao banco. Ao se encerrar a operação, as dez mil libras valiam 342:857\$000, contados os juros e a depreciação do mil réis.<sup>21</sup>

O estudo dessa fase de implantação da Brahma revela que as relações contratuais estabelecidas entre os membros de um grupo de empresas inseridas na comunidade de negócios do capital alemão aplicado no país tiveram papel decisivo no impulso inicial da indústria. Os vínculos entre as empresas eram de natureza variada e complementares: podiam se destinar à obtenção de financiamento para investimentos, à prestação de serviços e ao treinamento de gerentes.

Esse relacionamento comercial não se construiu a partir de solidariedade política ou simpatia, e sim, por sólidas relações contratuais definidas pelas reformas republicanas na legislação comercial. Particularmente, a maior proteção conferida aos direitos dos portadores de debêntures foi decisivo para a escolha dessa forma de financiamento. Nesse ambiente institucional, o banco *Brasilianische* estabeleceu um relacionamento cada vez mais estreito com a Brahma. De início, comprou as debêntures emitidas pela empresa, e lhe ofereceu capital de giro; a partir de 1904, quando se deu a conversão da Brahma para o estatuto jurídico de sociedade anônima, o banco se fez acionista. Nada disso parece ter sido parte de um projeto deliberado de incentivar o investimento em atividades produtivas no Brasil, pois o banco manteve como prioridade atuar no mercado de câmbio, de empréstimos aos poderes públicos, e no financiamento ao comércio de exportação de commodities (café, cacau e borracha). No entanto, os bancos alemães também tinham por diretriz de negócios criar zonas de comércio onde os produtos alemães pudessem ter aceitação, competindo com os rivais ingleses.<sup>22</sup> Assim, o relacionamento com a Brahma atendeu aos interesses de ambas as partes,

---

<sup>20</sup> Valor médio do câmbio: *Anuário Estatístico do Brasil, 1939/1940*, pág. 64.

<sup>21</sup> Averbação e extrato referentes ao contrato de empréstimo entre o banco *Brasilianischen* e Georg Maschke & Cia. Este contrato estipulava uma pena de 10% sobre o valor do crédito, na hipótese de inadimplência ou atraso no pagamento. [AB, cx. 67, port.]

<sup>22</sup> George Young (1991), *British Overseas Banking in Latin America and the Encroachment of German Competition, 1887-1914*.

pois a montagem da fábrica se deu com a compra de equipamentos e matéria-prima européias, particularmente, alemãs.

Desse modo, a tese de Gershenkron, de tanta influência entre economistas latino-americanos, de que o sistema bancário alemão teria assumido um papel decisivo na promoção do crescimento industrial daquele país, começa a ser revista pela historiografia anglo-germânica. À luz da atuação dos bancos alemães no Brasil constata-se que os bancos ligados à rede de negócios alemães não apresentaram especial disposição em conceder empréstimos diretos a projetos industriais. Avaliavam adquirir títulos como debêntures conforme as oportunidades de negócios disponíveis no mercado brasileiro. Entretanto, não estavam guiados pelo propósito de aprofundar a presença no país, criando raízes no sistema produtivo.

Se o comportamento dos bancos alemães na América Latina não se explica pelo modelo de Gershenkron, tampouco o desenvolvimento do sistema financeiro alemão se esgota na idéia de um papel pró-ativo do sistema bancário na promoção da industrialização. Como ressaltam os trabalhos mais recentes sobre o assunto, essa relação entre bancos e indústria construiu-se com o tempo e teve várias fases, ora de maior proximidade, ora de independência. Tudo dependia da conjuntura econômica, como exploraremos a seguir.

### **3. Bancos e o desenvolvimento econômico alemão**

Cabem aqui breves considerações sobre o desenvolvimento econômico da Alemanha entre os anos 1870 e 1914, traçando um retrospecto das profundas mudanças políticas e econômicas que tiveram lugar nos estados alemães.

Nas primeiras décadas do século XIX, quando a Inglaterra experimentava o momento auge do seu processo de industrialização e definia seu predomínio sobre o comércio mundial, o continente europeu convivia com as restrições de recursos naturais e matérias primas, a fragmentação política, a escassez de capitais e a limitação de seus mercados consumidores, pois grande parte da população ainda estava presa ao campo.<sup>23</sup> De todos os Estados europeus, a Prússia esteve entre os mais ativos interventores na ordem social, visando promover a superação acelerada do atraso econômico em seu território. Atuou basicamente em duas frentes: os sistemas educacional e político. Primeiro, a Prússia promoveu reformas educacionais mirando-se no exemplo da *École Polytechnique* de Paris. Reformas essas que abrangeram desde a universalização do ensino primário até a disseminação de escolas técnicas, inclusive de técnica cervejeira. Segundo, promoveu entendimentos políticos para

---

<sup>23</sup> David Landes (1989), *The Unbound Prometheus*. Capt. III.

derrubar as barreiras alfandegárias que impediam a livre circulação de mercadorias por entre os estados alemães.

Outro fator fundamental para a completa integração dos mercados alemães foi a expansão da rede ferroviária, que teve expressivo papel econômico como fator de indução da demanda por bens industrializados e ampliação da eficiência do sistema de transporte.<sup>24</sup>

No entanto, nada disso foi obra de uma única geração. Foi o resultado do esforço contínuo de negociação política e da habilidade de governantes, como o Chanceler Bismarck, em jogar com a idéia de permanente ameaça dos inimigos externos do povo alemão para ganhar adesão de aliados e inimigos ao projeto político centralizador.<sup>25</sup>

Em favor do crescimento econômico da Alemanha esteve a elevada taxa de crescimento populacional, lado a lado com a alta escolaridade de sua população, pois, já em 1848, 98% dos soldados prussianos conscritos sabia ler, ao passo que apenas 60% de os soldados franceses o fazia.<sup>26</sup> Também a política de integração dos mercados, completada com o *Zollverein* – um acordo alfandegário selado em 1833 – resultou em importantes ganhos de eficiência no comércio e transporte de mercadorias dentro do território alemão. Já a unificação monetária seguiu a passos mais lentos do que a unificação alfandegária. Só em outubro de 1871, após décadas de debates, o Marco foi adotado como moeda comum, tendo seu lastro em ouro.<sup>27</sup> Antes que isso acontecesse, porém, os estados alemães estavam integrados aos circuitos de capitais que tinham como ponto de convergência as praças financeiras de Londres e Paris.

Com tradicionais e novas funções a exercer, o Estado contou com uma maior capacidade de financiamento de suas atividades através do desenvolvimento do mercado de capitais. Embora a cronologia do desenvolvimento deste mercado seja objeto de controvérsia entre autores, é consenso que o Estado passou a financiar crescentemente seus gastos com a emissão de títulos adquiridos por poupadores locais e estrangeiros. David Landes menciona os anos 1840 como um momento importante na exportação de capitais ingleses em direção ao continente, na forma de aplicações em títulos da dívida pública e de serviços públicos de estados europeus, inclusive

---

<sup>24</sup> Neste particular, o Estado prussiano não exerceu papel decisivo, uma vez pesquisas recentes concluíram que cerca de 90% da rede ferroviária prussiana foi construída com investimento privado, inclusive de grandes bancos. Já no restante da Alemanha, estima-se que 73% do investimento em ferrovias coube ao poder público. A importância do Estado prussiano para o setor se revelou mais tarde, ao final do século XIX, quando a rede de ferrovias foi estatizada. [J.Edwards; S. Ogilvie (1996), *Universal Banks and German Industrialization*, p. 434.]

<sup>25</sup> Gordon Craig (1978) *Germany*.

<sup>26</sup> Michel Hau (1997) *L'Allemagne (1880-1914)*, pág. 96.

<sup>27</sup> Charles P. Kindleberger (1993), *A Financial History of Western Europe*, capt. VII.

Prússia.<sup>28</sup> Contudo, se a questão do financiamento do Estado se resolveu, fosse pela colocação de títulos da dívida pública no mercado nacional junto a poupadores desejosos de emprego seguro, fosse pela captação de empréstimos no mercado internacional por intermédio de banqueiros de trato privilegiado, como Bleichröder, a questão do financiamento a investimentos privados alemães se apresentou, durante todo o século XIX, como um ponto crítico na economia.<sup>29</sup> Nos anos 1850, surgiram os principais bancos privados alemães, ainda sob uma orientação convencional no que diz respeito à prática bancária: estavam direcionados à captação de depósitos do público e ao financiamento da comercialização de mercadorias.<sup>30</sup> Ainda anos 1860, a economia europeia viveu a institucionalização do sistema financeiro internacional.<sup>31</sup> Constituiu-se uma rede de relações comerciais ligando os principais bancos alemães aos seus congêneres no plano internacional. Como forma de ampliar a capacidade de financiamento de investimentos, os bancos alemães fizeram com que títulos de empresas do país passassem a integrar o rol dos papéis negociados nas principais praças financeiras europeias, especialmente, Londres e Paris. Mas a prática bancária mais eficiente na drenagem de capital de outros países para a indústria alemã foi a contínua renovação de créditos de curto prazo entre bancos.<sup>32</sup> Completou-se, assim, o circuito financeiro do mundo ocidental, que estendeu a capacidade de captação de dinheiro para além das fronteiras nacionais, ao mesmo tempo em que vinculou a sorte das nações europeias entre si.

Quando se concluiu a obra de engenharia política que resultou na unificação dos estados alemães em 1871, o país contava com um sólido sistema financeiro e a questão da escassez energética havia sido contornada a partir da descoberta de importantes jazidas de carvão mineral. Ao mesmo tempo, a proximidade entre a indústria nascente e o conhecimento tecnológico disseminado nas escolas técnicas criaram as bases para um padrão de industrialização original, com forte propensão ao desenvolvimento comercial de novas formas de tecnologia com elevado componente científico, especialmente na indústria química, mecânica e, mais ao final do século XIX, na indústria de equipamentos elétricos.

Com a crescente demanda privada por capital para investimentos produtivos, dada a diversificação da economia, os bancos foram alterando o perfil de suas atividades e

---

<sup>28</sup> D. Landes (1989) *Op. Cit.*, pág. 157.

<sup>29</sup> Sobre a intrincada trama de relações políticas e financeiras entre os governantes alemães e famílias de banqueiros, veja-se o clássico de Fritz Stern, *Gold and Iron, Bismark, Bleichroder, and the Building of th German Empire*. New York: Vintage Books, 1977.

<sup>30</sup> Eis alguns: *Discontogesellschaft*, surgido em Berlin, em 1856, *Darmstadter Bank*, de 1853, *Handelsgesellschaft*, em Berlin, no ano de 1856.

<sup>31</sup> K. Polanyi (1998), *The Great Transformation*. Capt. I.

<sup>32</sup> D. Landes (1989) *Op. Cit.*, capt. IV.

estabelecendo um vínculo mais próximo com empresas não-financeiras com o objetivo de controlar a aplicação dos empréstimos concedidos. Nessa época, difundiu-se entre os bancos alemães a prática de participar nas esferas administrativas das empresas industriais de modo a salvaguardar o capital emprestado. Tais participações, usualmente, estavam amparadas por expressivos lotes de ações. Mas a relação entre bancos e indústria, a moderna historiografia sobre a Alemanha sustenta, não se deu de forma linear, como sugere Gershenkron. Houve avanços e recuos ditados pela conjuntura econômica, a exemplo da crise do início dos anos 1880, quando os grandes bancos alemães procuraram se desfazer de boa parte do ativo representado por ações de terceiros para retomar, anos adiante, a política de investimento em ações para garantir o poder de intervir sobre os investimentos produtivos.

Essa experiência financeira, onde bancos e capital produtivo podiam, conforme as circunstâncias, formar alianças benéficas para ambos os lados, foi trazida para os investimentos realizados no exterior, inclusive na América Latina. Não era, contudo, o imperativo das subsidiárias dos grandes bancos alemães que ingressaram na Argentina, no Brasil, no Chile e no México, a partir dos anos 1880. Em cada país, as filiais dos bancos traçaram estratégias particulares, embora mantivessem em comum o interesse de participar do mercado de empréstimos aos governos locais. Na Argentina, as áreas de atuação dos bancos alemães se diversificaram dos empréstimos aos poderes públicos e financiamento do comércio exterior, para a implantação de serviços de infra-estrutura de transporte e energia elétrica. No Brasil, além de buscar participar do financiamento ao comércio do café, cacau e borracha, os bancos alemães ensaiaram consórcios com empresas, também alemãs, para explorar concessões públicas em transporte urbano (linhas de bonde em Vila Isabel, bairro do Rio de Janeiro, por exemplo), e prestação de serviços de telefonia e energia elétrica.<sup>33</sup>

#### **4. Contratos e conflitos: a comunidade de negócios do capital alemão no Brasil**

Em 1904, pouco tempo depois de a Antártica adquirir sua principal rival no mercado cervejeiro paulista, a Bavária, a Brahma providenciava a sua conversão para sociedade anônima

Em outubro de 1903, a Brahma reunira seus sócios para discutir a contratação de um novo empréstimo por debêntures, no valor de Rs\$ 800:000\$000 (oitocentos contos), com o objetivo de consolidar a dívida flutuante, resgatando debêntures antigas do empréstimo de

---

<sup>33</sup> Deutsche Bank, *Historische Institut*, KI/145; Ana Célia Castro (1979), *As empresas estrangeiras*, tabela matriz.

1897 e liquidando o saldo de outras dívidas.<sup>34</sup> Simultaneamente, estavam adiantadas as negociações para a Brahma comprar a Teutônia, localizada em Mendes, sul fluminense.<sup>35</sup>

Liquidada a firma Preiss, Häussler & Cia., sócios solidários da Teutônia, abriu-se o caminho para a incorporação da cervejaria de Mendes ao patrimônio da Brahma. Ato contínuo, em 30 de agosto de 1904, surgiu a Companhia Cervejaria Brahma, cuja constituição como sociedade anônima fora autorizada por decreto da Presidência da República.<sup>36</sup> Essa autorização oficial para a funcionar se justificava porque a sociedade anônima que estava se constituindo dedicava-se à fabricação de alimentos.<sup>37</sup>

Era uma resposta ao movimento de concentração regional iniciado pela Antártica Paulista. Agora, a Brahma detinha o domínio quase absoluto sobre o mercado produtor de cerveja de baixa fermentação da capital federal. Seu concorrente mais próximo, a Viveiros & Castro, fabricante da cerveja Polônia, estava longe de representar uma ameaça. No interior do estado do Rio de Janeiro, restava a Bohemia de Petrópolis, a qual, até onde se sabe, seguiu sendo uma empresa familiar.

Esse jogo de posições foi comentado pelo cidadão inglês J. Wileman, atento aos movimentos do capital alemão no Brasil. No mesmo momento, a diplomacia inglesa usava todos seus recursos para convencer as autoridades brasileiras a garantir tarifas preferenciais, pelo menos, à cerveja Guinness, cujas propriedades farmacêuticas que lhe eram atribuídas justificariam um tratamento especial. Para Wileman, a incorporação da Cia. Brahma representava um passo adiante no sentido de a empresa assumir o controle total das fábricas de cerveja do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro.<sup>38</sup> Ele estava certo. Fechava-se o cerco às cervejas européias e, a partir da formação de grandes cervejarias nos principais

---

<sup>34</sup> *Jornal do Comércio*, 10/10/1903.

<sup>35</sup> A Cervejaria Teutônia fora constituída em setembro de 1895, na cidade de Mendes, Vale do Paraíba, às margens do ribeirão Sant'Ana, de onde captava água para fabricar cerveja e gerar energia. Era servida por uma estação da Estrada de Ferro Central do Brasil. Quando foi vendida, em 1904, seus equipamentos somavam: três geradores a vapor, sistema de bombeamento com capacidade de 400 litros de água por minuto, equipamento com capacidade para produzir 12 t de gelo/dia, um resfriador de amoníaco, 1 triturador de cevada para 1t/hora. No contrato de compra, a Brahma efetuou um seguro na importância de 2 milhões e 172 mil marcos alemães, o que pode ser interpretado como a rentabilidade presumida da empresa. [AB, cx. 82; prontuário da Cia. Brahma, *Junta Comercial do Rio de Janeiro*.]

<sup>36</sup> Atualmente depositado no prontuário da Cia. Brahma, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>37</sup> O decreto nº 434/1891, revigorou dispositivos contidos na lei nº 3.150/1882, que listava as modalidades de empresas que dependiam de autorização para se constituírem: os bancos de emissão (autorização legislativa), as associações religiosas, os seguros mútuos, as sociedades anônimas destinadas à exploração da produção e comercialização de alimentos, e as empresas estrangeiras (essas quatro últimas dependiam, apenas, de autorização administrativa). [T.C.N. Marques (1998) *Junta Comercial: história e transformação do comércio*.]

<sup>38</sup> Citado por Maria Teresa Ribeiro de Oliveira Versiani (1982), pág 50. [Apud, J. Wileman, *The Brazilian Year Book*, 1908.]

mercados brasileiros, a Guinness tenderia a ocupar um lugar cada vez menos expressivo nas vendas de cerveja no país.

Tão logo foi incorporada, começaram as discussões na Cia. Brahma para levantar capital e expandir a empresa. As dívidas antigas, somadas às dívidas absorvidas com a compra da Teutônia foram saldadas com a emissão de um grande empréstimo por debêntures no valor de Rs\$ 2:000:000\$000 (dois mil contos de réis). Os títulos antigos seriam resgatados por sorteio, os débitos hipotecários seriam saldados. Os planos de colocados em curso a partir do segundo semestre de 1904 previam, também, a compra de terrenos contíguos à fábrica na rua Marquês de Sapucaí, visando uma expansão futura. Encomendou-se uma nova máquina frigorífica, tipo Linde, junto com outra caldeira.<sup>39</sup> Na mesma ocasião, atualizou-se o valor do capital da Brahma. Passou de 900 contos de réis, para 5 mil contos de réis. À véspera da Primeira Guerra, a empresa contabilizava o saldo a de 780 contos de lotes emitidos de debêntures que ainda pendiam resgate. Em agosto de 1916, em face das dificuldades financeiras do período da guerra, a direção entendeu haver ambiente econômico e político para o lançamento de mais 2.500 contos em debêntures.

Examinando a estratégia de financiamento da Brahma em perspectiva, vemos que o sucesso da colocação dos títulos no mercado significava o alongamento da dívida da empresa, ao prazo médio, de 15 anos para a amortização total dos empréstimos.<sup>40</sup> Mas, acompanhar as manobras de financiamento da cervejaria requer atenção. Por vezes, o mesmo conjunto de bens serve como garantia para mais de uma emissão de debêntures; um lote de títulos é resgatado e trocado por outro com prazo mais longo. Eventualmente, chamadas de capital dos acionistas injetam recursos na empresa. Raramente se vê empréstimos bancários com garantia hipotecária. Isso não significa que bancos e empresas comerciais inseridos na mesma rede de negócios que a Brahma não tomassem parte nas operações. Na emissão de 1905, os agentes comissionados para emitir os títulos e comercializá-los foram o *Brasilianische Bank für Deutschland* e a *Theodor Wille & Cia.*. Mantinham entre si relações baseadas em garantias

---

<sup>39</sup> Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 16/11/1905. [*Junta Comercial do Rio de Janeiro*]

<sup>40</sup> Para ilustrar o assunto, tomemos o perfil da empresa elaborado pela revista *The Brazilian Year Book*, de J. P. Wileman, em 1909: (...) *Debentures: first mortgage debentures of 200\$ each were issued to the sum of Rs. 2.000:000\$ on December 14<sup>th</sup>, 1905, bearing 8% interest, paid half-yearly, and amortisation of Rs. 65:000\$ every six months, commencing June 30<sup>th</sup>, 1907.* [*The Brazilian Year Book*, 1909, pág. 695.]

Fazendo-se as contas, conclui-se que a empresa dispunha de 19 meses para começar a resgatar as debêntures referentes a esta emissão. Após isso, com a amortização de 65 contos a cada seis meses, o resultado é que em 15 anos a empresa teria resgatado o principal do empréstimo (não contabilizados os juros semestrais de 8% aa, pagos semestralmente). Como as finanças da empresa funcionavam com mais de um lançamento simultâneo de debêntures, cada qual garantido, teoricamente, por bens diferentes, conclui-se que a engenharia financeira da Brahma era baseada em empréstimos de baixo risco, com credores dispersos no universo dos portadores de títulos, e prazos escalonados de pagamento.

líquidas, como eram as debêntures. Títulos que ofereciam vantagens adicionais aos seus emissores, a principal delas era a extensão dos prazos de resgate por vários anos. Não era uma engenharia financeira simples, mas funcionava.

Em meio a transformações aceleradas vividas no mercado de cerveja nas primeiras décadas do século XX, a Brahma também passou por importantes mudanças na sua administração. A conversão jurídica para sociedade anônima trouxe uma nova dinâmica ao processo decisório da empresa. A Brahma deixava de ser um negócio quase pessoal de Maschke, que pouco partilhava as decisões com outros sócios, e assumia a forma mais complexa de uma associação de capitais. Surgiam novos atores políticos, os acionistas e seus interesses.

Em setembro de 1906, Georg Maschke retornou para a Europa. Indicou para a presidência da empresa Johann Friedrich Künning, que vinha participando da direção desde 1904. Künning nascera em Bremen, Alemanha, em 1874, e viera para o Brasil ainda jovem para trabalhar na Herm. Stoltz & Cia., onde ultimamente exercia o cargo de gerente do setor de transporte de cerveja por cabotagem.<sup>41</sup>

Em 25 de outubro, reuniu-se a assembléia geral extraordinária dos acionistas para deliberar sobre a mudança nos estatutos e a eleição do novo presidente. Na ata da reunião havia um documento pouco usual nas sociedades anônimas brasileiras daquela época, geralmente dominadas por famílias ou grupos restritos de acionistas. Havia um contrato de gestão, renovável a cada três anos, firmado, de um lado, por representantes do *Brasilianischen Bank für Deutschland*, juntamente com o representante dos demais acionistas presentes, e do outro lado, Johann Künning. Eis algumas cláusulas do contrato:<sup>42</sup>

*1. Johann Künning exercerá, em virtude do presente contrato, as funções de presidente da diretoria da Companhia Cervejaria Brahma, com os direitos, atribuições e obrigações que são conferidas ao presidente pelos estatutos da mesma companhia. (...)*

*7. Johann Künning fornecerá mensalmente ao conselho fiscal um relatório por escrito sobre a marcha dos negócios da fábrica e todas as demais informações que lhe forem exigidas pelo conselho fiscal.*

A mesma assembléia de acionistas elegeu os membros do conselho fiscal. Como presidente do conselho foi escolhido Berth Waehneltdt, gerente da Theodor Wille, juntamente

---

<sup>41</sup> *Justificação de Johann Künning*, 11/12/1917. [AB, cx. 98, port.]

<sup>42</sup> Coleção de Leis do Brasil, Atos do Poder Executivo. Decreto n ° 6.362, de 7/2/1907.

com o Ulisses Vianna, L. A Gutschow e Louis Gray, todos os três diretores do *Brasilianischen Bank*.<sup>43</sup>

Com apoio político e a atenta supervisão do banco e de outros acionistas de peso, Künning assumia uma empresa em expansão, num dos ramos mais dinâmicos da indústria carioca. Iniciava-se a era Künning.<sup>44</sup> Não começou como acionista, mas sim administrador. Sua participação no quadro de acionistas se fez com o tempo. Sabe-se que vivera atritos durante a sua passagem pela Herm. Stoltz & Cia.. Por volta do ano de 1901, Künning se desentendera com o velho Stoltz, que pretendia enviar seu filho Hans para assumir a gerência geral dos negócios no Brasil.<sup>45</sup> Ao ser escolhido para a presidência da Brahma, Künning começaria a revisar contratos antigos, inclusive e sobretudo, os mantidos com a firma de Stoltz de Hamburgo, responsável pelo fornecimento de matéria-prima e equipamentos. Segundo Künning, as cláusulas da convenção firmada por Maschke com Stoltz em 1896, que previam o envio à Brahma das faturas originais dos fabricantes das mercadorias compradas na Europa, não estavam sendo cumpridas. Suspeitava-se de superfaturamento das compras.

Durante todo o ano de 1907, a direção da Brahma tentou obter de Stoltz as faturas originais das compras. Trocaram correspondência e a cervejaria suspendeu os pagamentos previstos como forma de pressionar a empresa de Hamburgo. No ano seguinte, as relações pioraram e o desfecho do caso se deu na justiça alemã. Afirmou o advogado da Brahma no memorial escrito para constar do processo aberto em Hamburgo:<sup>46</sup>

Como uma de suas primeiras iniciativas, Künning retirou da Herm. Stoltz & Cia. a tarefa de distribuir a cerveja da Brahma pela freguesia costeira. Incumbiu Emil Schmidt, antigo colega na Stoltz, de conduzir a administração do transporte dos produtos por cabotagem. A firma de Schmidt prestou serviços à Brahma até o início da Guerra, em 1915, quando foi incluída na lista negra inglesa. A partir de então, Schmidt passou a integrar o corpo da administração da cervejaria, coordenando de dentro da Brahma a distribuição costeira.

---

<sup>43</sup> J. P. Wileman, *The Brazilian Year Book*, 1909, pág. 784.

<sup>44</sup> O último nome Künning, o neto Hans, deixou a Brahma em 1989. [Entrevista à autora.]

<sup>45</sup> Informação suprimida na versão final do livro dos 50 anos. [*Alguns detalhes para os apontamentos desde 1894; AB, cx. 95, port.*]

<sup>46</sup> *Está portanto agora a Brahma convencida de ter sido há anos lesada em seus interesses por Stoltz na extração das faturas de suas encomendas, o que poderá facilmente ser provado pela comparação das faturas originais em poder de Herm. Stoltz & Cia., com as faturas remetidas por eles à Brahma.* [Memorial: tradução do documento de abertura de processo contra a H. Stoltz, em Hamburgo, 1909; AB, cx. 02, alemão.]

## 5. A Primeira Guerra

O ano de 1914 começara com uma tendência de declínio nas vendas das cervejarias nos estados, revelando uma perspectiva de retração econômica em todo o país.<sup>47</sup> Sabia-se que a situação política da Europa era instável, mas não se podia prever que posição o Brasil viria a assumir em meio ao jogo político internacional. Tanto assim era que, em julho de 1914, a Brahma registrou a marca *Alemania*,<sup>48</sup> que se juntava às mais de trinta marcas de cerveja relacionados no balanço de dezembro 1913.<sup>49</sup>

Contudo, a exploração comercial desta marca não foi adiante. Logo nos primeiros dias do mês de agosto de 1914 a notícia do início do conflito na Europa colocou a direção da Brahma em posição de cautela em face dos acontecimentos. A eclosão da guerra fez o país mergulhar em uma grave crise econômica, e levou ao colapso, no dia 4 de agosto, da Caixa de Conversão, um dos pilares da política econômica de estabilização do câmbio. Com as restrições impostas ao Banco do Brasil para converter notas em ouro, houve corrida de poupadores à Caixa, obrigando o Governo a decretar feriado bancário.<sup>50</sup> Ainda que os reflexos da Guerra sobre os preços do café não tenham se mostrado imediatamente, eram incertas as perspectivas de exportação do produto enquanto durasse o conflito na Europa.

Em abril de 1914, a diretoria informou aos conselheiros que as vendas haviam sido tão ruins que foram demitidos mais operários do que habitualmente ocorria após o verão. O mau resultado foi atribuído à quase cessação das vendas no Norte do país, ao passo que, nas outras regiões, já se notavam sinais de redução da atividade econômica. Ao comparar o período de janeiro a março de 1912, com igual período de 1913, a direção concluiu que os lucros brutos foram reduzidos em 30%. As vendas do setor cervejeiro no Brasil entraram o primeiro semestre de 1914 em ritmo lento, a ponto de a produção da Vidraria Santa Marina, a maior

---

<sup>47</sup>Segundo Winston Fritsch, a economia brasileira experimentava, desde 1913, mais uma crise de liquidez. Situação que se estendeu até 1915, quando o Governo abandonou o ortodoxismo monetário. Villela e Suzigan explicaram a má situação da economia em função da crise do comércio exterior, onde os produtos de exportação brasileiros vinham atingindo baixos preços no mercado internacional. Argumentam, porém, que o quadro de crise do comércio exterior não se alterou antes de 1918. [W. Fritsch, *Brazil and the Great War*; A Villela & W. Suzigan, *Política do Governo e crescimento da economia brasileira*, pág. 119.]

<sup>48</sup>*Relação de marcas registradas*; instrumento de busca elaborado pela equipe do *Acervo Brahma*.

<sup>49</sup>São estas as marcas relacionadas no balanço de 31/12/1913: cerveja Pilsener, Franziskaner Brau, cerveja Pilsen, chope Rápido Expresso, cerveja Ypiranga, Pilsener Exportação, München, cerveja Guarany, Brahma Porter, Bock Ale, Um Relógio, cerveja Santos Dumont, ABC, Brahma Bock Cristal, Atleta, Babilônia Brau, Cristal, Teutônia Cerveja Pilsen, Teutônia Cerveja München, Excelsior, Castelo, Cavaleiro, Estrela, Frade, água Savoia, Ela, Bull Bock, Brahmina, Colombo, Brahma a rainha das cervejas. Havia na mesma lista, também considerados como marcas registradas, os bares e restaurantes Teutônia, Brahmina, Bock Ale e Brahma. [Cx 93, port.; AB.]

<sup>50</sup>Winston Fritsch (1988), *Op. Cit.*; Maria Teresa R. Oliveira & Maria Luiza F. Silva (2001), *O Brasil no padrão-ouro: a Caixa de Conversão de 1906-1914*.

produtora de garrafas do país, estar paralisada, afirmou a diretoria da Brahma aos conselheiros.<sup>51</sup>

Como não poderia deixar de ser, a situação econômica geral do país acabou se refletindo na venda de cerveja, avaliou a diretoria em relação ao trimestre julho-setembro de 1914.<sup>52</sup> Em reação, a Brahma lançou uma nova marca de cerveja de segunda qualidade, a Fidalga, um nome neutro, incapaz de suscitar animosidade. Coube à Fidalga um peso crescente nas receitas de venda da Brahma durante a década que se seguiu ao seu lançamento.

Um dos efeitos imediatos da guerra foi sentido sobre os custos de produção. Desde o início da guerra, a Brahma abandonara seus fornecedores europeus tradicionais, com os quais dispunha da vantagem do pagamento parcelado. Voltou-se para o mercado norte-americano e, em menor grau, ao mercado sulamericano, a fim de suprir suas necessidades de malte e cevada. O lúpulo, anteriormente comprado na Europa, passou a vir do Canadá, via Nova Iorque. Em consequência, a empresa precisou realizar desembolsos à vista, antes do embarque, para conseguir adquirir no mercado norte-americano os produtos de que precisava.<sup>53</sup>

Até antes da guerra, a empresa comprava malte da Alemanha, importado via Hamburgo, tendo Theodor Wille e Hans Stupakoff como agentes comerciais. Com a eclosão do conflito, a elevação dos preços internos na Alemanha, associada às dificuldades de navegação tornaram inviável a importação de matéria-prima daquele país. Segundo informou o *Tageszeitung für Brauerei*, um jornal de cervejarias editado em Berlin, o malte no mercado alemão passara, em 1913, de 31 Marcos a medida de 100 kg (*Doppelzentner*) para 46 marcos, ao final de 1914.<sup>54</sup> A navegação entre a América do Sul e a Europa, que já sofria as consequências da escassez de navios, ficou praticamente impossível a partir de fevereiro de 1915, quando a Inglaterra minou o Mar do Norte.<sup>55</sup> Essas circunstâncias impossibilitaram a manutenção do comércio da Brahma com fornecedores alemães, qualquer que fosse o bem, desde matéria-prima a peças de reposição.

Em dezembro de 1914, a diretoria da Brahma procurou esclarecer as razões para a existência de atrasos no pagamento de dívidas com fornecedores alemães, as quais incluíam desde matéria-prima a equipamentos. Afirmou Künning aos conselheiros fiscais que os gastos

---

<sup>51</sup>Relatório ao Conselho Fiscal, 30/4/1914. [Cx. 93, port.; AB]

<sup>52</sup>Relatórios da diretoria ao Conselho Fiscal, 1913/1914. [Cx 93, port.; AB.]

<sup>53</sup>Relatório ao Conselho Fiscal referente ao mês de novembro, 20/12/1914. [cx. 93, port.; AB]

<sup>54</sup>*Tageszeitung für Brauerei*. Berlin, 2/3/1915. [Cx. 04, alem.; AB]

<sup>55</sup>Francisco Teixeira Vinhosa (1990), *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*, pág. 43.

elevados com a compra de matéria-prima nos Estados Unidos, à vista, haviam consumido o caixa da empresa. Assim, não foram possível remeter quantias aos fornecedores alemães, por conta de compromissos assumidos.

Em outros termos, Künning informou aos conselheiros da empresa – os quais eram, em certa medida, também credores da cervejaria, uma vez que havia ali representantes do banco *Brasilianischen* e de Theodor Wille – que a Brahma não estava conseguindo cumprir os prazos de pagamento das dívidas antigas com seus fornecedores alemães. Fazia isso a despeito de a moratória das dívidas privadas, decretada pelo governo brasileiro, em agosto daquele ano, ter permitido o aumento do caixa da empresa, o que não foi compensado pela receita de vendas, que diminuiriam.<sup>56</sup> Muito do que se deixara de pagar aos credores fora destinado ao pagamento dos novos fornecedores norte-americanos.

A pressão do aumento dos custos da matéria-prima se associou à redução no volume de produção afetando a rentabilidade da empresa, queixou-se a diretoria ao Conselho Fiscal.<sup>57</sup> Uma dívida de 700 mil Marcos, ao câmbio de 736 mil réis/Marco, contraída junto ao *Brasilianische Bank fur Deutschland* em julho, tornou inviável, momentaneamente, a retomada das remessas cambiais a fornecedores de Hamburgo.<sup>58</sup>

Com a queda nas vendas, o programa de investimentos, mantido até meados de 1913, começava a pesar sobre as finanças da empresa. Assim, em março de 1915, passado o período de pique das vendas do verão, a diretoria informava ao Conselho Fiscal que o lucro apurado não era suficiente para amortizar a dívida em ouro e o prejuízo com a diferença do câmbio, dado o endividamento com fornecedores e credores estrangeiros.

Para a Brahma, o ano de 1916 se encerrara com a diminuição das vendas e a redução das margens de lucro, devido aos aumentos dos custos e do imposto de consumo sobre o cervejas. A situação da empresa só não ficou pior porque a diretoria decidiu vender parte do

---

<sup>56</sup> Sobre as medidas do governo brasileiro para conter os efeitos do início da guerra sobre a economia brasileira, inclusive a moratória das dívidas privadas, de trinta dias a contar do reinício das operações bancárias em final de agosto, veja-se: Winston Fritsch (1988), *Op. Cit.*, capítulo III.

<sup>57</sup> Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, fechado a 20 de outubro de 1914. [Cx 93, port.; AB.]

<sup>58</sup> O dividendo relativo ao exercício de 1913 foi pago em 30 de julho, com o recurso à conta especial mantida pela Brahma no *Brasilianische*, no valor de Rs 300:000\$000 (trezentos contos de réis). O comentário da diretoria sobre a operação foi o seguinte: *o empréstimo que para este fim fizemos com o Brasilianische Bank, na importância de Mk 700 mil, ao câmbio de 736 réis, foi um mau negócio, se considerarmos a atual situação do mercado. Quando nós fechamos o negócio, o Brasil estava justamente negociando um grande empréstimo em Londres, tudo estava na perfeita paz e ninguém poderia supor uma tão rápida mudança na situação, que teve por consequência a queda do câmbio a 10 1/4 d. Felizmente, o câmbio se tem firmado nestes últimos dias e agora mesmo acabo de saber que talvez se possa comprar cambiais sobre Hamburgo a 785 réis por marco (15d).*

O empréstimo da empresa junto ao banco foi de Rs 515:200\$ (700 mil Marcos a 736 réis). [Cx 93, port.; AB.]

ativo para recompor o equilíbrio financeiro. Em agosto de 1916, a assembléia de acionistas acatou a proposta da direção de vender os terrenos da fábrica Teutônia à Sociedade Comercial e Industrial Suíça, que pretendia instalar ali um frigorífico. Antes de concretizar a venda, foi preciso realizar um novo lançamento de debêntures no valor de 2.500 contos de réis, usando como lastro os bens disponíveis.<sup>59</sup> O objetivo era desimpedir os ativos da Teutônia, os quais, em épocas anteriores, haviam sido usados como garantia em lançamentos de outros lotes de debêntures. Ao mesmo tempo, a Brahma pretendia consolidar a dívida flutuante, que resultava de tantas emissões de títulos. Em dezembro, a diretoria computou o saldo líquido da venda de ativos em 2.260 contos de réis.<sup>60</sup> Ainda assim, ao se comparar o exercício de 1916 com o de 1917, apurou-se que a diferença entre devedores e credores havia sido reduzida de um saldo positivo de 1,32 para 1,29 contos de réis. Menos mal, entre 1915 e 1916 o saldo positivo caíra de 4 contos de réis para 1,32 contos.<sup>61</sup> O ponto a favor estava na capacidade de se levantar empréstimos junto a poupadores lançando mão do recurso das debêntures.

Se, no plano econômico, as expectativas de lucro da direção da Brahma se frustraram, dadas as contingências da guerra, no plano político, como se viu, foram bem sucedidas as incursões junto ao Congresso para defender seus interesses em matéria fiscal. Ainda assim, o desgaste da imagem da empresa junto ao público se acentuou ao longo do primeiro semestre de 1915, atingindo seu pior momento na segunda metade de 1917.

No seu conjunto, os investimentos de alemães no Brasil começaram a sentir os efeitos do enfraquecimento de sua sustentação política desde finais de 1914. Dentre todas as firmas ligadas a alemães, a mais controversa, em função do seu profundo envolvimento com o comércio de café, com o fornecimento de mercadorias ao Estado, com a intermediação de empréstimos ao Governo brasileiro, e sua posição de destaque na diplomacia alemã era a Theodor Wille. Em agosto de 1914, o Itamarati solicitara ao jurista Clóvis Bevilácqua um parecer sobre a nacionalidade de firmas comerciais, com o propósito de responder à consulta feita por Theodor Wille & Cia. acerca das sanções impostas pela diplomacia inglesa a firmas de inimigos. O parecer de Bevilácqua foi o fundamento da doutrina adotada pelo Itamarati

---

<sup>59</sup> Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, 12/9/1916. [Cx.93, port.; AB]

<sup>60</sup> Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, 28/12/1916. [Cx.93, port.; AB]

<sup>61</sup> Entendia-se por devedores os portadores de debêntures que ainda deviam parcelas do pagamento dos títulos, o resultado das filiais (Santos e Salvador), o inventário de matérias-primas e o caixa da empresa. Consideravam-se credores os portadores de debêntures, os empréstimos em conta corrente e demais fornecedores de matérias-primas. [Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, 14/4/1917, comparação referente à situação apurada em 30/6/1915 e 30/6/1916; Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, 10/9/1917, comparação referente à situação apurada em 31/12/1915 e 30/6/1917; cx. 93, port., AB]

durante a gestão do ministro Lauro Müller, no sentido de considerar brasileiras as sociedades comerciais organizadas sob a legislação nacional, fossem quem fossem seus acionistas.<sup>62</sup>

A 22 de fevereiro de 1915, o Itamarati enviou uma minuta aos representantes diplomáticos brasileiros no exterior, a governadores e ministros de Estado. No documento, foi reafirmada a neutralidade brasileira frente ao conflito mundial e tratou-se a questão da nacionalidade das sociedades comerciais com sede no Brasil. Apesar de sua posição de defesa das empresas constituídas sob as leis brasileiras, o Itamarati considerou que não cabia ao governo brasileiro apoiar reclamações de empresas, cujos sócios ou acionistas fossem estrangeiros, contra atos de nações beligerantes que os afetassem.<sup>63</sup>

Eram, portanto, brasileiras as empresas que tivessem por país sede o Brasil, e fossem constituídas sob as leis de registro comercial do país. Mas, sócios ou acionistas estrangeiros podiam ser objeto de retaliações individuais por parte de nações envolvidas no conflito europeu. Justamente, é a questão da nacionalidade dos acionistas da Brahma um ponto delicado na história da empresa, ao qual retornaremos mais adiante.

Neste quadro de proteção incompleta de seus interesses, os investimentos alemães no Brasil sofreram mais um abalo em sua sustentação política em março de 1915, quando foi fundada no Rio de Janeiro a *Liga Brasileira pelos Aliados*, presidida por Rui Barbosa. Esta entidade, com o apoio de parte da imprensa da Capital Federal, especialmente o influente *Jornal do Comércio*, teve, nas palavras do historiador Francisco Vinhosa, um papel relevante *para o esclarecimento público sobre as publicações referentes à guerra*.<sup>64</sup> Uma das estratégias empregadas para levar o Governo a abandonar a posição de neutralidade frente ao conflito era fazer ataques pessoais ao ministro Lauro Müller, insinuando em matérias publicadas na imprensa a sua simpatia e laços afetivos com a Alemanha.

---

<sup>62</sup>Theodor Wille & Cia. solicitara ao Itamarati que intervisse em favor de empresas brasileiras que vinham sendo impedidas de negociar na praça de Londres saques adquiridos no Brasil em bancos ingleses.[Pareceres; 321,4,25; AHI]

Lauro Severiano Müller esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores de 15/11/1916 a 2/5/1917. [Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa, *O Governo Presidencial do Brasil, 1889-1930*.]

<sup>63</sup>Lê-se no documento do Itamarati que, conforme a legislação vigente, *consideram-se brasileiras as sociedades comerciais com sede no país, registradas nas juntas comerciais brasileiras e aqui exercendo sua atividade, qualquer que seja a nacionalidade dos indivíduos que a componham*.

No entanto, (...) *o Governo brasileiro não prestará apoio à reclamação que sociedades mercantis, compostas de indivíduos de nacionalidade estrangeira, levarem contra atos de qualquer das Nações beligerantes, senão quando, pelo prévio exame dos fatos e detida apreciação das circunstâncias, estiver convencido não só do seu absoluto fundamento, como de que a ação dessas sociedades é extreme de quaisquer intuítos políticos*. [Correspondência especial; 317,2,3; AHI]

<sup>64</sup>Francisco Teixeira Vinhosa (1990), *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*; pág. 24.

Não obstante seus críticos, a atuação de Müller no Itamarati tem sido avaliada de forma positiva por historiadores que examinaram o período.<sup>65</sup> Também analistas contemporâneos, como o jurista Manuel Oliveira Lima e o deputado Dunshee de Abranches, defenderam a posição assumida por Müller. Interpretaram-na como a busca da preservação da soberania do país frente às investidas da diplomacia inglesa. Apesar disso, os ataques à sua pessoa seguiram em crescente, até que a sustentação política do ministro ruiu em maio de 1917 e ele deixou o Governo.

Cerca de um mês depois, a 3 de maio, Lauro Müller renunciou ao Itamarati, dando lugar ao político fluminense Nilo Peçanha, que passou a negociar os termos da aproximação do Brasil com os Aliados.<sup>66</sup> Apesar da tensão política, a legitimidade da Brahma como empresa nacional não foi abalada, sequer pelo movimento grevista, intenso na capital federal entre 23 e 27 de julho de 1917.<sup>67</sup>

Enquanto isso, o *Foreign Office* inglês não se voltava contra as grandes cervejarias, no que era acompanhado pela *Liga pelos Aliados*. Ao longo de todo o primeiro semestre de 1917, Wileman publicou várias versões da lista negra inglesa, que passou a incluir conhecidas casas comerciais e indústrias, mas as listas não trouxeram nem a Brahma, nem a Antártica.<sup>68</sup> Também a *Revista Comercial dos Aliados*, na edição de abril de 1917, justificou a não inclusão de grandes firmas industriais da lista negra em função da relevância dos interesses de Aliados em jogo, em muitos dos casos.<sup>69</sup>

A cena política interna corria sem sobressaltos, mas, no início de setembro, a conjuntura política internacional se complicou para os interesses de alemães na América Latina. Opositores ao governador de Santa Catarina, em ataques desferidos da tribuna da Assembléia Legislativa catarinense, acusaram-no de organizar um exército separatista.<sup>70</sup> O temor de um levante alemão nos estados do Sul ressurgiu. A situação se agravou a partir do dia 8, quando jornais norte-americanos começaram a publicar o conteúdo de telegramas enviados pelo representante diplomático alemão na Argentina, Karl von Luxburg, a Berlim. Estes telegramas, que criticavam com palavras rudes o ministério das Relações Exteriores argentino, estavam sendo interceptados pelo serviço de inteligência da embaixada dos EUA

---

<sup>65</sup>Idem, pág. 43.

<sup>66</sup>Francisco T. Vinhosa (1990), *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*, pág. 85.

<sup>67</sup>Sobre a repercussão do movimento grevista entre os industriais cariocas, veja-se: CIB, *Relatório da diretoria, 1916/1917*, pág. 145/149, 292/293.

<sup>68</sup>Wileman's *Brazilian Review*, 1º sem./1917.

<sup>69</sup>Francisco Vinhosa (1990), *Op. Cit.*, pág. 57; Apud, *Revista Comercial dos Aliados*, abril/1917, (publicada pela *Liga pelos Aliados*).

desde junho e foram decodificados pelo *Foreign Office* britânico. Notícias relativas ao caso Luxburg começaram a surgir na imprensa brasileira, deliberadamente divulgadas pela diplomacia dos Aliados. Frases do embaixador alemão que faziam alusão a um plano de reorganização do Brasil causaram grande impacto.<sup>71</sup>

Naquele mesmo mês, J. Künning se afastou simbolicamente da presidência da Brahma, dando lugar a uma diretoria composta por brasileiros. Assumiu a presidência o advogado Ulisses Vianna Filho. Anos depois, quando a empresa rascunhava o livro comemorativo de seus 50 anos de existência, escreveu-se sobre o episódio da saída de Künning da presidência ironizando o papel que os novos diretores desempenharam:

*Esta nova diretoria desempenhou-se perfeitamente de seu papel, acatando sempre com a melhor boa vontade os conselhos que lhe eram dados pela diretoria demissionária. Naturalmente, a concorrência aproveitou a situação para atizar cada vez mais os ódios e a má vontade pública contra a Brahma. Mas a Brahma ficou de pé.*<sup>72</sup>

Vale lembrar que a referência aos *conselhos* dados pela antiga diretoria aos titulares do momento foi suprimida da edição do livro comemorativo do cinquentenário da Cia. Brahma.

Pela primeira vez desde que a guerra iniciara, a direção da Brahma se rendia às circunstâncias e tomava medidas há muito adotadas em outras empresas. A historiografia sobre o período registra vários casos de empresas que 'nacionalizaram' sua direção, colocando brasileiros influentes à frente do negócio. Tal se deu com a Bromberg, Hacker & Cia., que, durante a guerra, mudou seu nome comercial para Cia. de Indústrias Têxteis, sob a direção de membros notáveis do Partido Republicano Paulista.<sup>73</sup> Outra medida importante consistia em transferir ações para pessoas de confiança, livres de eventuais retaliações políticas. Assim, ao apurar as operações ocorridas no segundo semestre de 1917, percebe-se que a direção da Brahma registrou a transferência de 7.377 ações no interior de seu quadro de acionistas. Só o *Brasilianische Bank für Deutschland* transferiu 3.504 ações, 2.354 delas a Mathilde Moura Vianna. O comerciante Julius Arp transferiu 600 ações a Ruth Barbosa Arp, a firma Herm Stoltz & Cia. transferiu 800 ações a terceiros, e a Theodor Wille & Cia. transferiu 2.422

<sup>70</sup>Frederick C. Luebke (1987), *Op. Cit.*, pág. 156; *Apud, Deutsche Zeitung* (Porto Alegre), 3/9/1917.

<sup>71</sup> Escreveu o historiador norte-americano Luebke: *Rumors soon began to circulate that the Luxburg dispatches also contained references to German intrigue in Brazil. On September 10 and 11, the American ambassador in London, Walter Hines Page, sent three more decoded messages to Washington with the recommendation that they also be published 'for the sake of the probable effect in the Argentine Republic and Brazil'. Telegram number 63, dated July 7, 1917, read in part: 'Our [Germany's] attitude towards Brazil has created the impression here [Buenos Aires] that our easy-going nature can be counted on. This is dangerous in South America, where the people under thin veneer are Indians. A submarine squadron with full poweres to me might possibly still save the situation'. [Luebke (1987), *Op.Cit.*, pág. 158.]*

<sup>72</sup> *Alguns detalhes para os apontamentos desde 1894*, pág. 14, cx. 95, port., AB.

ações, das quais, 1.300 foram parar nas mãos do industrial têxtil Arthur Diedrichsen e do filho deste, Ernesto, o qual recebeu 750 delas.<sup>74</sup> Solicitar a nacionalização também era uma estratégia política eficiente, como foi o caso de Antônio Zerenner, principal acionista da Antártica, cujo processo de naturalização foi concluído a 24 de janeiro de 1918.<sup>75</sup>

A 6 de outubro de 1917, o Departamento de Estado norte-americano concluiu a primeira versão da lista de empresas com as quais cidadãos daquele país estavam proibidos de realizar comércio. Foram arrolados 1.524 nomes, dos quais 340 eram relativos ao Brasil.<sup>76</sup> É possível que Brahma e Antártica estivessem nessa primeira lista, mas nenhum dos autores consultados reproduziu os nomes das empresas proscritas. De toda forma, a diplomacia norte-americana adotara a política de permitir o comércio de cidadãos norte-americano com firmas incluídas na lista negra, mediante autorização prévia do Departamento de Estado.<sup>77</sup> O *Foreign Office* inglês, por sua vez, ao incluir alguma empresa ou pessoa em sua lista negra, proibia terminantemente que cidadãos britânicos continuassem realizando negócios com elas. Foi, justamente, essa a diferença radical de atitude entre a diplomacia norte-americana e a inglesa, esta última com o apoio francês, que resultou em importante fonte de atrito entre os Aliados durante o período final da guerra.<sup>78</sup> As tentativas de se elaborar uma lista comum foram infrutíferas.

É bem provável que, no caso da Brahma, estivesse sendo aplicada a política da manutenção do comércio para não ferir interesses de exportadores norte-americanos. Lembremos que desde o início do conflito a empresa vinha adquirindo matéria-prima no mercado de Nova York e assim permaneceu, mesmo depois de encerrada a guerra.

Ao *affair* Luxburg se juntou o torpedeamento do navio brasileiro Macau na costa da Espanha. Eram os ingredientes necessários para o Governo brasileiro justificar a declaração de guerra à Alemanha, em 26 de outubro. Como escreveu Francisco Vinhosa, uma onda nacionalista atingiu todo o território nacional.<sup>79</sup> Mas as razões para a entrada do Brasil na

<sup>73</sup> Vinhosa (1990), *Op. Cit.*, pág. 58.

<sup>74</sup> *Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal*, 15/1/1918. [Cx. 93, port.; AB]

Ernesto Diedrichsen assumira a gerência comercial da Theodor Wille ao emigrar para o Brasil. À época da Primeira Guerra, já havia se convertido em fabricante de tecidos em São Paulo. [Warren Dean (1981), *A industrialização de São Paulo*, pág. 37.]

<sup>75</sup> A. Covello, *O caso Zerenner, o destino de uma herança*. São Paulo: Cultura Moderna, 1937, pág. 5, vol. II.

<sup>76</sup> Thomas Bailey (1942), *The policy of the United States toward the neutrals, 1917-1918*. Baltimore: The John Hopkins Press.

<sup>77</sup> Percy Alvin Martin (1925), *Latin America and the War*. Baltimore: The John Hopkins Press, pág. 377.

<sup>78</sup> As outras atualizações da lista negra norte-americana dataram de 15 de março, 20 de abril e 13 de dezembro de 1918. Em abril, o *War Trade Board* norte-americano arrolou 460 nomes de empresas no Brasil. [Thomas Bailey (1942), *The policy of the United States*.]

<sup>79</sup> Vinhosa (1990), *Op. Cit.*, pág. 153.

guerra eram mais complexas e guardavam relação com a perspectiva do cenário político internacional quando o conflito se encerrasse.<sup>80</sup>

Imediatamente após a declaração de guerra, o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei que lhe provia de meios para tomar as medidas necessárias. Os partidários da *Liga pelos Aliados* encontraram na Câmara um moderador insuspeito, o deputado socialista Maurício de Lacerda. Durante os debates, o deputado Gonçalves Maia se referiu a Theodor Wille como o representante dos interesses alemães no Brasil, *o seu ministro, o seu cônsul, o seu almoxarife, o homem que paga*.<sup>81</sup> O ressentimento contra Wille vinha de longe, desde o esquema de comercialização do café previsto pelo Convênio de Taubaté, que estabeleceu cotações inferiores aos produtos fluminense e mineiro. Na época, coube a Wille coordenar a compra do café no porto do Rio. Agora, os parlamentares pró-Aliados defendiam a elaboração de uma lista negra brasileira. Lacerda não cansava de repetir seu ponto de vista: *a guerra se faz entre os Estados, não se faz entre súditos (...) limitar as relações entre indivíduos de um país e súditos de beligerante, dentro do território neutro e onde vigora a lei territorial desde, é ato de ditadura, é abuso de força (...)*.<sup>82</sup>

A percepção da conjuntura por Lacerda o aproximava da posição assumida pelo Itamarati. Com o agravamento da crise política se intensificaram as pressões dos Aliados para suprimir os negócios de alemães no Brasil, especialmente os bancos e seguradoras.<sup>83</sup> O Governo brasileiro se limitou a colocar os bancos alemães sob regime de fiscalização especial, mas permitiu sua reabertura em 5 de novembro. Era pouco, o embaixador brasileiro em Washington foi informado de que o Comitê Interaliados decidira condicionar o apoio financeiro ao Brasil, primeiro, à liquidação de bancos e outras firmas inimigas, segundo, ao consentimento do Governo brasileiro de que organizações brasileiras e aliadas, consorciadas, apoderassem-se de empresas inimigas. Em contrapartida, os Aliados ofereciam a exclusão do Brasil das listas negras.<sup>84</sup> Neste ponto, a posição do Brasil era dura. Em 31 de outubro, um memorando de Ipanema Moreira informou ao Secretário de Estado norte-americano que o

---

<sup>80</sup> Para Vinhosa, o Governo brasileiro nutria a pretensão de assumir uma posição de liderança na América Latina, assim como desejava ser capaz de opinar em favor de seus interesses quando chegasse a paz. [*Op. Cit.*, pág. 122]

<sup>81</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. IX, 16 a 31 de outubro de 1917.

<sup>82</sup> *Idem*.

<sup>83</sup> No começo de outubro, o Departamento de Estado tomou conhecimento de que o *Foreign Office* estavam agindo para assumir a posse dos bancos alemães no Brasil. A diplomacia norte-americana reagiu prontamente: qualquer medida neste sentido dependia de acordo com os EUA. [Citado por Vinhosa (1990), *Op. Cit.*, pág. 144; *Apud*, carta do Secretário de Estado Interino, Frank Polk ao Secretário de Tesouro, 11/10/1918; FRUS, 1918, sup.2, p. 352.]

<sup>84</sup> Vinhosa (1990), *Op. Cit.*, pág. 145.

Brasil se recusava a tomar medidas contra a propriedade inimiga que configurassem confisco.<sup>85</sup>

Mas a essa altura, a opinião pública estava totalmente voltada contra a Alemanha. Passado o período do feriado de finados, o conflito tomou conta das ruas do Rio de Janeiro e de outras cidades. Na madrugada de 3 para 4 de novembro, uma multidão saiu às ruas do Rio, destruindo tudo aquilo que estivesse associado à Alemanha e a alemães. O *Correio da Manhã* do dia 4 abriu a edição com a notícia sobre os tumultos da madrugada e sobre os boatos de que os alemães estariam promovendo intrigas para criar antagonismos entre brasileiros e portugueses.<sup>86</sup> A revolta popular, propriamente dita, teve início no final da tarde do dia 3, e se estendeu pela madrugada. O luxuoso Bar da Brahma, na Avenida Central, foi uma das vítimas da multidão furiosa. Também houve tumultos e depredações em Petrópolis e Porto Alegre.

Dez dias depois, a direção da Brahma fez publicar nos principais jornais da capital federal um comunicado ao público. No documento, acusava a concorrência de distribuir pela cidade panfletos e de promover a publicação de notícias fantasiosas em jornais, que tratavam a Brahma como uma empresa alemã. Assegurou que mais da metade do seu capital social pertencia a brasileiros, que a empresa fora constituída segundo as leis brasileiras e que tinha grande importância como compradora de fornecedores nacionais. Seus empregados eram 95% brasileiros e apenas seus fundadores tinham sido alemães. Ulisses Vianna assinou o manifesto, na qualidade de presidente da companhia.<sup>87</sup>

Não bastando, a 11 de dezembro, Johann Friedrich Künning encaminhou ao juiz federal da 2ª Vara da capital um documento intitulado *Justificação*. Nele, Künning resume sua trajetória pessoal de imigrante, chegado ao Brasil em maio de 1891. Alguns anos depois ingressara na Herm. Stoltz do Rio, de onde saíra para presidir a Brahma, em 1907. Casara-se com a alemã Katie, com quem tivera quatro filhas, todas elas nascidas no Brasil e registradas apenas em cartórios brasileiros. Anexou ao documento uma certidão de *Nacionalidade Brasileira*, expedida pela polícia carioca no dia 3 de dezembro de 1917, atestando ter residência fixa, filhas brasileiras e propriedades no país.<sup>88</sup> Bem, Künning omitira na sua *Justificação* a existência de seu filho Heinrich, nascido em 1907 e que, à época da guerra, estudava na Alemanha.<sup>89</sup> Mas Heinrich não passava de um menino na ocasião.

---

<sup>85</sup> Vinhosa (1990), *Op. Cit.*, pág. 147. [Apud, FRUS, 1918, sup.2, p.354.]

<sup>86</sup> *Correio da Manhã*, 4/11/1917.

<sup>87</sup> *Correio da Manhã*, 23/11/1917.

<sup>88</sup> Caixa 98, port., AB.

<sup>89</sup> Em entrevista à autora, Hans Heinrich Künning comentou a infância de seu pai, Heinrich Künning:

Tamanha preocupação em defender a nacionalidade da empresa e de seus gestores se justificava? Parece que sim. O decreto aprovado pelo Congresso no dia 15 de novembro, regulando o estado de guerra e de sítio para todo o território nacional, continha brechas legais que permitiam um eventual confisco de bens de cidadãos inimigos. O artigo terceiro definia os atos cabíveis ao Governo a título de represália. Era complementado por outro artigo nos seguintes termos:<sup>90</sup>

*Art. 6º.: Os estabelecimento comerciais ou industriais, associações, sociedades, inclusive as anônimas, bancos, usinas ou armazéns, serão considerados de propriedade inimiga sempre que totalidade do respectivo capital, ou a sua maior parte, pertencer a súditos inimigos, qualquer que seja a respectiva sede, no Brasil ou no estrangeiro.*

Em suma, conforme a conveniência política, haveria amparo legal para o Governo confiscar bens de cidadãos alemães, a exemplo da maioria dos acionistas da Brahma.

Neste particular, os escassos registros de acionistas da empresa revelam a preponderância do banco *Brasilianische Bank fur Deustchland*, bem como de cidadãos alemães, no universo dos acionistas da Brahma. Quando do aumento de capital efetuado em outubro de 1912, por exemplo, o *Brasilianische* subscrevera 51,5% das 25 mil ações emitidas, seguido de Heinrich Holck, com 12%, e Johann Kunning, com 9,3%. O restante se pulverizou entre 15 outros acionistas.<sup>91</sup> Explorando o *Acervo Brahma*, encontramos um livro de registro de transferências de ações, relativas ao período de 1917 a 1929. Como amostra, tomamos 58,9% dos registros de transações ocorridas entre julho de 1918 e julho de 1921. O saldo das ações por titulares encontrado foi o seguinte: cabia ao *Brasilianische Bank fur Deustchland* 34,54% das ações no universo examinado, Theodor Wille & Cia. respondia por 8,62%, a J.Kunning correspondiam 6,28%.<sup>92</sup> Dados que revelam que uma parcela importante da comunidade de negócios alemã no Brasil participava do capital acionário da Brahma.

---

Hans Kunning: - Meu pai era de 1907 e veio para o Brasil em 1928. Nasceu na Alemanha, durante uma viagem dos meus avós e veio para o Brasil com três meses. Naquela época, quando se viajava para a Europa era de navio, uma operação de seis meses. Saiu do Brasil com 8 ou 10 anos, foi para a Alemanha, fez colégio todo na Alemanha. Em 1928, com 21 anos, veio para cá.

<sup>90</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*. Vol. XI, 14 a 30 de novembro de 1917, pág. 75.

<sup>91</sup> Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, prontuário da Cia. Brahma. Lista de subscritores do aumento do capital da Cia. Brahma, 18/10/1912. Também publicada, juntamente com a ata da assembléia geral ordinária de acionistas, no *Diário Oficial*, de 12/12/1912.

<sup>92</sup> Consideramos 58,9% das ações negociadas entre 26/7/1918 e 26/7/1921. As ações podiam pertencer ao indivíduo ou estar sob a sua guarda, mediante procuração para agir em nome do proprietário. De toda forma, o peso do voto do acionista era determinado pelo número de ações pelas quais ele respondia, fossem elas suas, ou de terceiros. No caso do *Brasilianische*, apenas 13% das ações registradas sob a sua responsabilidade, pertenciam a outras pessoas; para J. Kunning, 27% das ações que apareciam sob nome, na verdade, pertenciam a outras pessoas, em sua maioria, a H. Stupakof, de Hamburgo; em outro banco estrangeiro, o Banco Alemão Transatlântico, todas as ações que negociara pertenciam a membros de uma família, a Richter, [*Livro de transferência de ações da Cia. Brahma; AB*].

Em outros termos, tomando-se em conta as fontes mencionadas anteriormente, constata-se o peso do *Brasilianische Bank für Deutschland* no conjunto dos acionistas da Brahma entre 1912 e julho de 1921. Logo, durante o período da guerra, era correta a percepção dos críticos da Brahma de que capital alemão predominava na composição da empresa. A empresa estava vulnerável às vicissitudes do relacionamento entre a diplomacia brasileira e a dos Aliados, e negociou garantias com as autoridades brasileiras, enquanto, reformulava a sua imagem pública, expressa na propaganda, abandonando vínculos simbólicos com a tradição cervejeira alemã.

Ora, nacionalizar a imagem não foi uma estratégia exclusiva da Brahma. Após 1919, nacionalizar a imagem ou a propriedade dos investimentos alemães, diretos ou indiretos, em forma acionária ou societária, foi a tônica do capital alemão em várias partes da América Latina onde estava presente. Isso foi adotado como salvaguarda contra as cláusulas do Tratado de Versailles que previam o eventual confisco de investimentos alemães fora da Alemanha, para fins de ressarcimento de guerra.<sup>93</sup> Esse processo de nacionalização pode ter tomado vários caminhos, desde a transferência da administração a cidadãos nacionais, como se deu na Argentina em muitos casos, até a reformulação da imagem da empresa sem promover alterações no controle acionário, como foi o caso da Brahma ao longo dos anos 20.

## 6. Comentários finais

O ensaio buscou traçar a historicidade do relacionamento entre a Brahma e outras importantes empresas pertencente à rede de negócios alemã em atividade no Brasil. Por historicidade entende-se o ambiente de negócios e institucional existente no período.

Embora seja sugestivo pensar no capital bancário como um instrumento de promoção do desenvolvimento, considerando o crédito como um vínculo entre os investidores e os agentes produtivos, a avaliação do papel dos bancos estrangeiros no crescimento de projetos industriais deve levar em conta os condicionantes da atuação dos bancos estrangeiros no Brasil. Assim como no caso alemão, a relação entre bancos e indústria se construiu gradualmente, ao sabor dos rumos da economia e das oportunidades de negócio alternativas. Sempre amparadas por sólidas contratos, os bancos alemães exerceram papéis importantes no crescimento de projetos industriais da comunidade de negócios a que pertenciam. No entanto, se foi decisivo obter capital de giro e investidores dispostos a adquirir as debêntures que emitia, na conjuntura política adversa da Guerra a proximidade da Brahma com o

---

<sup>93</sup> Stefan Rinke (1996) *Der letzte freie Kontinent: Deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen, 1918-1933*; pág. 53/54.

*Brasilianische* deixou de ser conveniente. Nos anos que se seguiram ao conflito, a Brahma se tornou maior do que o banco e buscou fórmulas independentes para solucionar os seus problemas. Os vínculos acionários permaneceram, mas até mesmo o gerente indicado pelo banco, J. Künning, se desvincilhou do controle do banco e colou sua trajetória pessoal, e de sua família, à da empresa que presidia.

## 7. Referências bibliográficas

Acervo Brahma, AB

Deutsche Bank, *Historische Institut*

*Correio da Manhã*

*Jornal do Comércio*

CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CRAIG, Gordon. *Germany, 1866-1945*. New York: Oxford UP, 1978.

EDWARDS, J. & OGILVIE, S. Universal Banks and German Industrialization. *Economic History Review*, 3(1996).

HAU, Michel. *L'Allemagne, 1880-1914*. In, BARJOT, Dominique (dir.) *Industrialisation et Sociétés em Europe Occidentale*. Du debut des années 1880 a la fin des années 1960, France, Allemagne-RFA, Italie, Royaume-Uni et Benelux. Paris: CNED-SEDES, 1997.

KINDLEBERGER, Charles P. *A Financial History of Western Europe*. New York: Oxford UP, 1993.

LANDES, David. *The Unbound Prometheus*. Cambridge: Cambridge UP, 1989.

LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no século vinte*. London: Lloyd's Greater Britain Pub., 1913.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *Capital, cerveja e consumo de massa: a trajetória da Brahma, 1888/1933*. Tese de doutorado em História Social, Brasília: UNB, 2003.

MENDONÇA, José Xavier Carvalho. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1933.

MORAES, Maria Luiza de Paiva Melo. *A atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil, 1844-1918*. São Paulo: tese de Doutorado em História/USP, 1988.

POLANYI, K. *The Great Transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 1998. [1ª edição: 1944]

RINKE, Stefan *Der letzte freie Kontinent: Deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen, 1918-1933*. (1996).

SAES, F.; SZMRECSÁNYI, Tamás. El papel de los bancos extranjeros em la industrialización inicial de São Paulo. In, MARICHAL, Carlos (coord). *Las Inversiones Extranjeras em América Latina, 1850-1930*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

\_\_\_\_\_. O Capital estrangeiro no Brasil, 1880-1930. *Estudos Econômicos*, 1985 (15), 33/05.

VERSIANI, Maria Teresa Ribeiro de Oliveira. *Proteção tarifária e o crescimento industrial brasileiro dos anos 1906-1912*. Brasília: UNB, TD n °78, março/1982.

VINHOSA, Francisco. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

YOUNG, George. Los bancos alemanes y la inversión directa alemana em América Latina, 1880-1930. In, MARICHAL, Carlos (coord). *Las Inversiones Extranjeras em América Latina, 1850-1930*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.